

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Cláudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o diálogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ, Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

DIVISÃO DA OBRA EM TRÊS PARTES:

1. SISTEMA PRISIONAL: FALÊNCIA E ALTERNATIVAS (ARTIGOS 1 A 6)
2. MINORIAS, EXCLUSÃO, ATUAÇÃO POLICIAL E VIOLÊNCIA URBANA (ARTIGOS 7 A 17)
3. POLÍTICA CRIMINAL E NOVAS PERSPECTIVAS DO SISTEMA PENAL

PREFÁCIO À OBRA:

Constitui para nós motivo de imensa satisfação e orgulho prefaciá-lo livro que encerra os artigos relativos ao Grupo de Trabalho intitulado “Criminologias e Política Criminal II”, apresentados durante o *XXIII Congresso Nacional do CONPEDI*, que teve lugar na cidade de João Pessoa-PB, entre os dias 5 e 8 de novembro de 2014.

Nossa opção foi dividir a presente obra em três partes, de acordo com a sequência temática dos trabalhos, sequência esta que também foi empregada na ordem de apresentação oral dos artigos durante o Congresso. Na primeira parte, dedicada ao sistema prisional, temos trabalhos que tratam tanto de sua profunda crítica, com relevantes denúncias, como também aqueles que oferecem possibilidades e alternativas para sua recuperação. Nessa trilha, merecem destaque as considerações a respeito da exploração da mão-de-obra das presidiárias na Paraíba, para além da mera aceitação acrítica da remissão da pena pelo trabalho como um mecanismo recuperador, ademais dos artigos que tratam da educação do preso como forma de ressocialização eficaz, inclusive com relatos sobre a importante função psicopedagógica junto ao sistema prisional. Tudo isso acompanhado das necessárias pesquisas empíricas que atestam a autenticidade dessas informações, que ultrapassam a constatação dos problemas e oferecem soluções palpáveis para um problema crônico no Brasil, como é a recuperação dos presos.

Na segunda parte do livro, a temática se volta para uma análise mais profunda de setores normalmente marginalizados da população, seja em virtude de sua exclusão, seja por pertencerem a minorias, como são os idosos. As causas da violência contra os maiores de 60 anos e as formas de combate a essa criminalidade, pouco mais de dez anos depois

da promulgação do Estatuto que supostamente os tutela com maior eficiência, é objeto de estudo de um destes interessantes artigos. Outro setor marginalizado é o dos usuários de drogas, de modo que três dos artigos dedicam-se a traçar alternativas que vão além do mero proibicionismo, propondo a aplicação da justiça restaurativa, buscando uma maior humanização da abordagem. Também o trabalho dos profissionais do sexo e a imperiosa necessidade de redução da dimensão meramente marginalizadora e criminógena do entorno da prostituição mereceram destaque em um dos interessantes trabalhos desse segmento.

A questão do incremento da violência urbana também integra essa segunda parte da obra. Nesse sentido, o GT contou tanto com artigos que elogiaram a atuação policial no Brasil, por exemplo mediante a implementação de políticas pacificadoras, como também de estudos críticos que demonstraram a ineficiência de experimentos populistas e ineficazes.

Nesse roteiro de abordagem, sobreveio, no curso das apresentações, o tema atual e controvertido do populismo punitivo como uma preocupante realidade a ser exaustivamente discutida, aprofundada e cientificamente investigada. O território acadêmico, por sua natureza essencialmente democrática no campo do confronto das ideias, reclama o concurso dos mais distintos seguimentos pedagógicos e operativos do Direito para, em campo aberto, intensificar reflexões sobre esta temática, superando, inclusive, as resistências ideológicas que propendem ao endurecimento e expansionismo do Direito Penal.

Na corrente desse retrocesso que se alastra principalmente pela mídia sensacionalista, as respostas legislativas são, claramente, reveladoras de uma atitude convergente mais para as paixões conflagradas das multidões do que, propriamente, para o acolhimento de resoluções fundamentadas em estudos científicos, respaldadas em dados empíricos ou representativas de investigações consolidadas, em sintonia com a paz social, entrelaçadas nos mais caros princípios constitucionais de liberdade e dignidade da pessoa humana.

O último trecho do livro dedica-se à constatação de como se comporta o sistema penal diante de fenômenos novos, e outros nem tanto: a violência contra a mulher, a proteção penal do consumidor e os protestos populares que sacudiram o Brasil em 2013. São instigantes estudos sobre o déficit das instituições democráticas e a possível relação entre as organizações criminosas e essas manifestações, a repressão de tais protestos e as perspectivas da política criminal daqui por diante.

Finalmente, só nos resta agradecer ao CONPEDI a imensa honra de poder não só prefaciara presente obra, como também de coordenar os trabalhos durante o Congresso ocorrido em João Pessoa, incumbência que desempenhamos com imensa satisfação e que nos oportunizou fortalecer laços profissionais e de amizade, bem como de estabelecer novos contatos, sempre tão ricos e importantes na carreira acadêmica, estimulando e enriquecendo a discussão dos rumos da Polícia Criminal e das diferentes Criminologias em todo o Brasil.

Boa leitura!

Prof.^a Dr.^a Gisele Mendes de Carvalho (UEM/Unicesumar)

Prof. Dr. Felix Araujo Neto (UEPB-Facisa)

Prof. Dr. Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato (UFPB-UNIPÊ)